

## O PROBLEMA DO EMPREGO DOS CONCEITOS DE AGRICULTURA EXTENSIVA E INTENSIVA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

### THE PROBLEM OF EMPLOYMENT OF THE CONCEPTS OF EXTENSIVE AGRICULTURE AND INTENSIVE IN THE DIDÁCTIC BOOKS OF GEOGRAPHY

Anderson Bem<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo do presente trabalho é demonstrar que o emprego dos conceitos de agricultura extensiva e intensiva nos livros didáticos de geografia apresenta grande ambiguidade. Ao analisarmos os livros didáticos recentes, notamos certa simplicidade que reduz a capacidade de explicação do objeto de estudo tratado. A conceitualização agricultura intensiva e extensiva carrega os germes da linearidade, ou seja, da uniformidade das relações capitalistas no campo, traduzida numa marcha histórica irreversível. Nesta concepção, a agricultura intensiva é sinônimo do moderno caracterizado pelo emprego constante de inovações técnicas e acessibilidade a mercados; já a agricultura extensiva retrata o atraso, a pobreza condicionada pelo uso rústico das técnicas, os resquícios do passado em vias de extinção (camponeses e latifundiários). Todavia, ao analisar a realidade agrária brasileira a partir de sua essência, os dados apresentados pela agricultura camponesa e pela própria dinâmica da expansão do capitalismo, contrariam o pressuposto teórico da uniformidade do capital sobre o campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático de geografia; Agricultura intensiva e extensiva; Uniformidade do capital; Desenvolvimento desigual; camponeses.

**ABSTRACT:** The purpose of the present work is demonstrate what the use from the conceptions of intensity and extensive agriculture on the geography presents big ambiguity.

---

<sup>1</sup> Mestre em geografia pela UFMS. Professor colaborador da UNIOESTE/PR e da rede pública de Ensino Fundamental e Médio do Paraná. Email: anderson\_bem@yahoo.com.br

By analyzing the books didactics recent we noticed certain simplicity what reduces the ability to explication of the object in treated study. The conceptualization intensive and extensive agriculture loads the germs from linearity, in other words, from uniformity from the relations capitalistic into the field, translated on a march historical irreversible. On this conception, the intensity agriculture is synonymous of the modern featured at the employ constant of innovation techniques and accessibility the markets; already extensive agriculture recants the lag, the poverty conditioned for the use rustic from the techniques, the marks of the past in the process of extinction (peasants and big landowner). However, when considering the Brazilian reality agrarian from their essence, the data presented by peasant agriculture by proper dynamics from expanded of the capitalism, contradict the assumption theoretical from uniformity of the capital over the field.

**KEYWORDS:** The books didactic of geography; Intensive and extensive agriculture; Uniformity of the capital; Uneven development; peasants.

## INTRODUÇÃO

Apesar da necessidade do professor ter uma posição independente e crítica, o papel do livro didático é muito importante no ensino, independente da disciplina que seja.<sup>2</sup> Isto quer dizer que o conteúdo teórico do livro deve estar de acordo com o desenvolvimento teórico da ciência, retratando, por sua vez, os elementos contraditórios da realidade.

Neste sentido, o livro didático é relevante e fundamental no ensino, sendo um ponto de partida para o professor que utilizará outras fontes de conhecimento para alcançar seus objetivos na aprendizagem; e para o aluno é, muitas vezes, o único material teórico da disciplina que ele irá recorrer para sua aprendizagem. Ao tecer críticas ao livro didático, Pontuschka, Paganelli e Cacete, argumentam: “ser

---

<sup>2</sup> “No ensino de Geografia, como no de qualquer outra disciplina, a importância do livro didático é muito grande, no seu uso, porém, é indispensável que o professor tenha uma posição independente e crítica, não se limitando ao/ou a um livro...” (ANDRADE, 1987, p.57)

preferível o aluno ter em mãos um livro de Geografia a não ter nenhum, principalmente por sabermos que, no que tange a milhares de famílias brasileiras, o livro não faz parte dos elementos culturais presentes em seus lares.” (2007, p.343-344)

É partindo desse pressuposto que nos propomos a investigar o emprego dos conceitos de agricultura intensiva e extensiva nos livros didáticos de geografia. Para a realização de tal tarefa, procuramos dialogar com a produção teórica referente ao campo brasileiro e à questão agrária geral, a saber: Martins (1990, 1995), Oliveira (1995, 2001, 2007), Abramovay (1998), Veiga (1994), Graziano da Silva (1996), Graziano Neto (1994), Lênin (1985), Kautsky (1972). Tendo por base a leitura dos referidos autores, inicia-se a análise das seguintes coleções didáticas: Trilhas da Geografia (2001) de autoria de Estáquio de Sene e João Carlos Moreira; Geografia: pesquisa e ação (2003) de autoria de Ângela Corrêa Krajewski, Raul Borges Guimarães e Wagner da Costa Ribeiro; Geografia (2001) de Melhem Adas; Geografia (2006), Projeto Araribá, confeccionada pela editora Moderna, tendo como editora responsável Virginia Aoki.

Em boa parte dos textos das coleções supracitadas, a agricultura camponesa é representativa em termos de produção, sendo responsável por boa parte da produção agropecuária que se destina à subsistência. Todavia, em ambas as coleções ora aqui analisadas, existe uma dualidade quando se usa os conceitos de agricultura intensiva e extensiva, sendo a primeira tida como uma empresa moderna no campo, capitalista, e a outra, retratada pelo uso menor do solo, baixo emprego de técnicas agrícolas, produção de subsistência e comercialização

esporádica, simbolizando o atraso. Nesta classificação, a agricultura camponesa é comparada com o latifúndio e, só a empresa capitalista no campo representa o “progresso”. A mesma ambiguidade de análise se processa quando se compara a agricultura de subsistência com a comercial, só que agora o latifúndio representa a agricultura comercial. Essa compreensão vai ao encontro do pensamento de Graziano Neto que parte da interpretação de que os latifúndios “se modernizaram. A agricultura se industrializou. Resta agora ao pensamento progressista superar-se”. (1994, p. 254)

O emprego dos conceitos de agricultura intensiva e extensiva nos livros didáticos de geografia apresenta essa uniformidade, as diferenças são tratadas como formas do passado que representam o atraso e devem ser extintas pela evolução histórica. Essa idéia partilha da linearidade, da universalidade das formas capitalistas de produção sobre o espaço geográfico, por isso ela impede o pesquisador de perceber e compreender a contradição das relações sociais que se dão no capitalismo.

O problema dessa análise, acima descrita, se encontra em tornar os conceitos estáticos, retirando-lhes o movimento (MARTINS, 1990), logo o camponês e o latifundiário são vistos como figuras do passado (MARTINS, 1995). Neste contexto corroboramos com Oliveira quando afirma que:

O desenvolvimento do capitalismo se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que

desenvolver aqueles aspectos contraditórios a si mesmo. (2001, p. 18)

A discussão realizada neste estudo busca, num primeiro momento, expor o emprego dos conceitos de agricultura intensiva e extensiva presentes nos manuais didáticos de geografia e, num segundo momento, identificar e localizar a sua matriz teórica para, em seguida, propor o caminho metodológico de sua superação.

## OS CONCEITOS DE AGRICULTURA INTENSIVA E EXTENSIVA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Os conceitos de agricultura intensiva e extensiva apresentam grande ambiguidade nos livros didáticos de geografia, o que, por sua vez, dificultam a compreensão a respeito do espaço agrário e sua dinâmica com o modo de produção capitalista. A passagem a seguir dá o tom da problemática ora estudada:

Nas sociedades atuais convivem diferentes modos de produção agrícola. **A agricultura extensiva é praticada em grandes extensões de terras, em geral com baixos investimentos, pouca ou muita utilização de mão-de-obra e nenhuma especialização. A agricultura intensiva é praticada em propriedades menores, com pouca utilização de mão-de-obra e fortes investimentos em mecanização e tecnologias.** (KRAJEWSKI, GUIMARÃES, RIBEIRO, 2003, p. 168, grifo nosso)

Na interpretação dos autores supracitados a agricultura extensiva é somente fruto da grande propriedade e o fator mão-de-obra é relativizado pelos

autores, o que se subentende somente a questão técnica. Já a agricultura intensiva refere-se ao pouco uso de mão-de-obra e grande aplicação de tecnologias. Nesta conceitualização, a agricultura camponesa não é contemplada, pois se faz uso da mão-de-obra familiar e o acesso às tecnologias é mais limitado pelo elo financeiro das técnicas.

Logo adiante, os autores conceituam a agricultura familiar (camponesa):

Esse sistema tem como objetivo a produção de alimentos para o consumo familiar dos agricultores, permitindo vender apenas o excedente. É praticado pelas comunidades rurais em países pobres da África, América Latina e Ásia, utilizando técnicas próprias de plantação. (KRAJEWSKI, GUIMARÃES, RIBEIRO, 2003, p. 168)

Aqui, a questão teórica é mais aguda, pois os camponeses são vistos como produtores isolados, só produzem para a sua subsistência e, conseqüentemente, as técnicas são responsáveis pelo seu estado de pobreza. Talvez essa seja a compreensão dos autores quando diminuem o papel dos camponeses na história da humanidade e na agricultura contemporânea, a qual exerce um papel extremamente crucial na segurança alimentar.

Taxar a agricultura camponesa como agricultura extensiva é retirar da discussão geográfica os sujeitos sociais historicamente constituídos por meio de lutas para garantir sua sobrevivência, sua luta contra a expropriação promovida pelo capital e, acima de tudo, ignorar sua enorme capacidade produtiva emanada por uma irracionalidade<sup>3</sup>. Conforme dados atuais do Censo Agropecuário de 2006, a produção familiar no Brasil é responsável por: 87% da produção de mandioca, 70%

---

<sup>3</sup> Para Chayanov (1981), a produção camponesa se baseia na relação balanço-consumo, isto é, no equilíbrio entre trabalho e satisfação das necessidades da família. E essa relação não capitalista faz com que os camponeses produzam mais ainda nos momentos de crise aguda.

do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58 % do leite de vaca, 67% do leite de cabra, 59% dos suínos e 50% das aves. (IBGE, 2009)

Para Krajewski, Guimarães e Ribeiro (2003) o caminho da agricultura é o agronegócio, neste sentido a agricultura intensiva é caracterizada pelo constante emprego da tecnologia. A agroindústria demonstra o caráter linear da agricultura no capitalismo.

**A agroindústria produz suco de laranja, óleo de soja, lecitina de soja, açúcar, álcool, café solúvel, carnes em conserva etc.** A venda desses produtos é mais lucrativa que a venda apenas da matéria-prima que os compõe. **A crescente produção no campo também beneficia o setor de máquinas e equipamentos, adubos, defensivos agrícolas, os bancos e as empresas de investimento.** (KRAJEWSKI, GUIMARÃES, RIBEIRO, 2003, p. 169, grifo nosso)

A integração constante da agricultura ao capitalismo não beneficia simplesmente esses setores, a questão é mais complexa do que os autores demonstram, pois se trata de uma extração de renda dos agricultores, geralmente camponeses que sentem o peso da exploração do capital personificada na indústria, no capital comercial, no capital bancário.

A mesma ambiguidade teórica sobre a integração da agricultura ao capital está presente na coleção Trilhas da Geografia de Sene e Moreira (2001), quando se trata da relação travada entre os camponeses e o capital, como vemos na passagem a seguir:

**Somente em alguns poucos casos os pequenos proprietários conseguem ter condições de vida dignas. Como vimos no capítulo anterior [industrialização da agricultura], muitos deles fornecem matérias-primas para agroindústrias, e algumas delas pagam um valor que os estimula a continuar produzindo. Se isso não acontecesse, essas empresas teriam de investir na compra de terras e na contratação de mão-de-obra, o que seria mais caro para elas. (SENE E MOREIRA, 2001, p. 161, grifo nosso)**

Na interpretação de Sene e Moreira (2001) a agricultura camponesa só apresenta indicadores sociais positivos quando ela se integra à indústria. Os autores não discutem a relação conflituosa entre camponeses e indústria, ao contrário, procuram demonstrar ao leitor que a fartura do agricultor está na sua integração à indústria. Os autores não abordam os conceitos de agricultura intensiva e extensiva, mas na exposição enfatizam a superioridade da agricultura moderna personificada na industrialização do campo.

No Projeto Araribá da editora Moderna os conceitos de agricultura intensiva e extensiva também entram em contradição:

Agricultura extensiva é caracterizada geralmente pelo uso de técnicas rudimentares ou tradicionais na produção. Esse tipo de agricultura pode ser encontrado tanto nas pequenas como nas grandes propriedades, com predomínio de mão-de-obra humana e baixa mecanização.

**Agricultura intensiva é caracterizada pelo uso de máquinas, fertilizantes, sistemas de irrigação do solo, sementes selecionadas e modernas técnicas agrícolas. Nesse tipo de agricultura, são utilizados poucos trabalhadores e se obtêm**

**grande aproveitamento da terra e alta produtividade.** (PROJETO ARARIBÁ, 2006a, p. 213, grifo nosso)

A passagem acima sintetiza de forma clara quem representa a agricultura intensiva, isto é, os agricultores que têm facilidade no emprego de tecnologias no campo. Somente esses agricultores representam a alta produtividade no campo que poupa mão-de-obra. Pela questão, simplesmente, do acesso às técnicas, o latifúndio improdutivo e a maior parte da agricultura camponesa são classificados como agricultura extensiva. A passagem a seguir aprofunda o divórcio entre agricultura intensiva e extensiva:

**A agricultura de subsistência é a atividade agrícola praticada em pequena escala de produção, em pequenas propriedades, com técnicas tradicionais ou rudimentares e, basicamente, mão-de-obra familiar. É um tipo de agricultura ainda muito praticada em regiões pobres, principalmente na África, na Ásia e na América Latina.**

**A agricultura comercial tem como principal objetivo o cultivo em larga escala para abastecer grandes mercados consumidores nacionais e internacionais. Geralmente é praticada com uso de máquinas e moderna tecnologia para obter alta produtividade.** (PROJETO ARARIBÁ, 2006a, p. 213, grifo nosso)

A clivagem entre os sistemas agrícolas se aprofunda na passagem supracitada. A agricultura comercial simboliza o progresso no campo, a produção em alta escala com uso de máquinas e modernas tecnologias, uma visão mercadológica da agricultura pautada na compreensão de busca de novos

mercados para escoar a produção. No outro extremo é colocada a agricultura camponesa, taxada como rústica, rudimentar, pobre, sendo uma face do subdesenvolvimento. Nas duas passagens do Projeto Araribá, a conceitualização fica nítida: os camponeses praticam agricultura extensiva e os capitalistas, no campo, praticam agricultura intensiva.

O problema dessa interpretação é que ela esconde a complexidade e a contradição da expansão capitalista no campo. Os camponeses são extremamente produtivos quando se compara o volume total da área ocupada com a produção total da agropecuária, pois ocupam uma pequena porcentagem das terras agricultáveis e produzem mais da metade dos alimentos que vão para a mesa dos trabalhadores brasileiros, além de comparecerem expressivamente na produção exportada (frango, suínos, soja, laranja, café, algodão, etc.).

Isto significa que a agricultura camponesa não tem nada de extensiva, e não é um simples complemento da agricultura capitalista como nos diz Adas no livro de geografia de 6ª série (2001, p. 144): “A pequena propriedade rural, produtora de gêneros de subsistência (feijão, arroz, milho, mandioca, etc.), pouco valorizada e amparada. Ela permaneceu como um complemento da grande propriedade rural.”

É preciso romper com essa visão dual da integração da agricultura ao capitalismo. As conceitualizações agricultura intensiva e extensiva não dão conta de explicar a dinâmica do espaço agrário.

A seguir procuramos localizar essa discussão no debate teórico que envolve duas compreensões da evolução do espaço agrário no capitalismo: a uniformidade das relações capitalistas no campo e o desenvolvimento desigual.

## A UNIFORMIDADE DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO

A agricultura sob o modo de produção capitalista foi fruto de análise teórica de diferentes autores. Dentre os clássicos podemos citar Lênin (1985) e Kautsky (1972), matrizes clássicas da questão agrária.

A questão agrária foi palco inicial de reflexão mais apurada no final do século XIX, quando Lênin procurou identificar a expansão do capitalismo na Rússia a partir da formação do mercado interno. Na compreensão do referido autor haveria uma estratificação dos camponeses em ricos e pobres, o que mais tarde culminaria na decomposição do campesinato dando origem à figura do capitalista no campo, do operário rural e também no incremento populacional do operário urbano-industrial. De acordo com o autor: “O mercado interno para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento que aprofunda a divisão social do trabalho e **decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários**”. (LÊNIN, 1985, p. 33, grifo nosso)

Já Kautsky, em seu livro “A Questão Agrária” de 1899, ressalta a superioridade da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa, tanto na dimensão técnica como na perspectiva econômica:

As vantagens de uma grande propriedade composta por terras contíguas, às vantagens da divisão do trabalho, da direção de um agrônomo – ou seja, precisamente as vantagens da grande exploração – não são nunca proporcionadas ao pequeno camponês por está espécie de cooperação. Por isso, é uma vã ilusão esperar

que as cooperativas tornem a exploração capaz de utilizar processos de cultura tão racionais como o da grande exploração. (KAUTSKY, 1972, p. 167)

Embora a análise kautskyana tenha grande respaldo quando se observa a subordinação da agricultura ao capital em geral, a mecanização com a crescente incorporação de técnica e ciência e, também, o uso do crédito financeiro como condição para produção, nota-se certo grau de ironia do autor ao destacar a superioridade da grande sobre a pequena exploração, fadada, conforme ele, à auto-exploração e à condição de miséria e isolamento. Na interpretação teórica de Kautsky, a produção camponesa estava condenada ao desaparecimento e nem a formação de cooperativas poderia salvá-la.

Nas concepções teóricas de Lênin (1985) e Kautsky (1972) os camponeses são vistos como personagens do passado histórico, são resquícios em vias de extinção pelo avanço das relações capitalistas de produção sobre o campo.

Essa compreensão da evolução linear do capitalismo penetrou a análise do pensamento marxista. De acordo com Löwy (2003), no final do século XIX e início do XX, a ideologia positivista possuía uma imensa força, isto repercutiu e influenciou a doutrina operária socialista da Segunda Internacional<sup>4</sup>. Foi comum a presença de linhas teóricas sob a orientação do pensamento positivista como de Comte, Darwin, Spencer e Kant. Esse movimento penetrou no interior do marxismo ortodoxo.

---

<sup>4</sup> Refere-se a um organismo de classe criado na Europa para aglutinar os trabalhadores em escala internacional sob a orientação socialista baseada nos fundamentos teóricos dos escritos produzidos por Karl Marx.

O positivismo não era somente o apanágio dessas correntes revisionistas ou ecléticas da Segunda Internacional, ele modelou em grande medida, a doutrina do próprio marxismo ortodoxo e especialmente aquele que era seu próprio representante: Karl Kautsky. (LÖWY, 2003, p. 118)

Essa interpretação está presente na análise contemporânea da expansão do capitalismo no campo brasileiro quando as relações de produção capitalista são vistas como irreversíveis. As temáticas unilineares da industrialização da agricultura, da supremacia do agronegócio, do imaginário das técnicas, carregam esses germes que dão o tom da uniformidade das relações capitalistas sobre o campo.

A compreensão de Graziano Neto (1994) e Graziano da Silva (1996) parte desses pressupostos teóricos, da integração dos camponeses ao capitalismo como algo irremediável. Para Graziano Neto (1994) a única saída do pequeno produtor é a integração ao complexo agroindustrial:

O sistema de integração com a indústria (...) torna os agricultores dependentes das grandes empresas, é verdade. Mas é essa relação que permite os elevados níveis de produtividade dos produtos rurais, possibilitando a eles manterem níveis de vida bastante satisfatórios. (GRAZIANO NETO, 1994, p. 241)

É essa a interpretação do espaço agrário presente na maior parte dos livros didáticos de geografia. É por isso que Sene e Moreira (2001) invertem a equação ao admitirem que a agricultura camponesa se beneficia da indústria no campo.

Graziano da Silva (1996) também parte da uniformização das relações capitalistas sobre o campo ancorada na industrialização da agricultura:

É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas interdependentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho (...) a industrialização da agricultura determina a passagem da subordinação indireta para a subordinação direta do trabalho ao capital. (SILVA, 1996, p. 34)

Nesta perspectiva, a industrialização da agricultura é vista como um processo único, não havendo, assim, outras alternativas para os agricultores camponeses.

Do ponto de vista do imaginário das técnicas essa uniformidade também pode ser verificada nas produções teóricas referentes ao espaço agrário. Esse é o caso da produção intelectual de Ricardo Abramovay (1992, 1994) e de José Eli da Veiga (1992 e 1994). Aqui a uniformidade é dada pela metamorfose do camponês em agricultor familiar, este um agricultor fortemente integrado com o capital em geral e que possui alta capacidade de emprego de tecnologias no campo. Abramovay (1998, p. 129) argumenta que:

O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista para agricultura.

A uniformidade está relacionada à substituição de formas arcaicas de produção e de laços comunitários pela adaptação ao mercado no sentido da competição de oferta de produtos agrícolas, emprego de técnicas modernas e perda de vínculos sociais afetivos, caracterizada pela visão mercadológica das coisas. A questão técnica também é determinante para os agricultores na concepção teórica de Veiga (1994, p.79.):

Os prejudicados pelo avanço tecnológico serão os agricultores mais retardatários (...) que, por este ou aquele motivo, não adotaram a nova tecnologia. Não poderão cobrir todos seus custos e serão levados a sair do ramo.(...)

No contexto do livre mercado, a adoção de novas tecnologias força os agricultores participantes a pedalar um treadmill<sup>5</sup>. E os que decidirem não pedalar serão empurrados à falência.

A passagem acima demonstra a uniformidade do capital produzida pelas técnicas. Os agricultores incapazes de acompanhar a modernização imposta pelo circuito do capital ao campo estão fadados ao desaparecimento. Nota-se nesta compreensão do imaginário das técnicas que não há lugar para o disforme, assim, a modernização da agricultura é uma evolução linear das técnicas sobre o campo, onde agricultura familiar e patronal são capazes de competir no mercado por meio da ideologia do agronegócio.

Essas interpretações teóricas permeiam a conceitualização de agricultura intensiva e extensiva dos manuais didáticos de geografia do ensino básico, em que,

---

<sup>5</sup> Aparelho que era usado no século XVIII para transformar o andar humano em força motriz, em que os prisioneiros subiam em pedais fixados em torno do cilindro. Os seus eixos giravam sem que os prisioneiros saíssem do lugar.

como fora visto anteriormente, a produção camponesa é relegada à questão de coadjuvante na produção de alimentos no campo brasileiro, representando o uso de técnicas rústicas, o atraso e a pobreza no campo. Já o agronegócio personificado na agricultura patronal e numa fração mínima dos produtores familiares representa o progresso, a alta produção com emprego de tecnologias avançadas no campo e a imagem da riqueza da agricultura nacional.

## O CAMINHO DA CRÍTICA: O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITALISMO NO CAMPO

Os conceitos de agricultura intensiva e extensiva dão conta de contextualizar a realidade do espaço agrário brasileiro? Os camponeses que persistem no campo seriam figuras do passado, sujeitos sociais em decomposição, como dizem os ortodoxos marxistas, ou, condicionados pelo ofício do tempo à metamorfose?

Essas análises destacadas partem do pressuposto da linearidade do capital como uma marcha avassaladora. É nesse sentido que os conceitos de agricultura intensiva e extensiva fazem sentido, pois o moderno (agricultura intensiva) aparece como fruto do capitalismo e o atraso (agricultura extensiva) representa o pretérito. Todavia, essas concepções esbarram na questão do método. O conceito ganha vida própria e se torna impermeável ao movimento/processo engendrado pelo próprio capital. Martins (1990) já havia tecido críticas consistentes a esse caminho teórico, quando analisou as relações sociais de trabalho desenvolvidas no interior da cafeicultura brasileira sob o regime do colonato, este classificado, erroneamente, de

um lado como relações sociais capitalistas de produção e no outro viés interpretativo como relações feudais de produção.

Um modo de produção é um modo como se dá [o] movimento. O conceito vem no final do processo de pensamento e não no começo. Se reduzirmos o modo de produção a um momento, a uma etapa econômica, como faz Sweezy e o fazem os adeptos do que Luckács definia como 'marxismo vulgar', desfiguramos o processo histórico e introduzimos na sua análise um entendimento economicista, positivista e a-histórico. (MARTINS, 1990, p.1-2)

As conceitualizações devem ser produtos históricos dinâmicos e não estáticos. Isto quer dizer que os mesmos devem ser submetidos ao exame da realidade. A dogmatização dos conceitos induz o pesquisador a tentar encaixar a realidade dentro arcabouço teórico. Neste momento, o conceito deixa de ser histórico e dinâmico, logo, surge como produto natural, mecânico e saber absoluto/anti-dialógico.

Quando se analisa o campo brasileiro, penetrando na sua essência, logo percebemos a existência de diversos atores sociais: camponeses proprietários, posseiros, camponeses assentados, trabalhador do campo, bóia-fria, capitalistas do campo, o capital multinacional, arrendatários, latifundiários, os movimentos sociais de luta pela terra como é caso do MST. A questão conceitual não deve ser um simples *crossword puzzle*, essas contradições, os conflitos sociais, dão a dinâmica

na configuração dos territórios, isto porque a territorialização é fruto das relações sociais travadas no interior das classes sociais que compõem o capitalismo<sup>6</sup>.

O desenvolvimento do capitalismo no campo se processa de forma desigual e combinada, não se trata da simples dualidade moderna/atraso, mas do próprio funcionamento do capitalismo que engendra relações sociais não capitalistas no campo. Martins (1990) discute com autoridade essa questão no livro “O Cativo da Terra”, ao demonstrar as relações familiares desenvolvidas no interior do regime do colonato, onde a formação do cafezal se dava por relações não-capitalistas de produção, personificada na recriação camponesa do imigrante europeu que veio para o Brasil. Esse processo pode ser sintetizado no seguinte pressuposto teórico adotado pelo autor: “...o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. (MARTINS, 1990, p. 19-20)

Essa compreensão da contradição do capitalismo no campo é presente nos trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. O autor em artigo recente, por meio de análise de dados do censo agropecuário de 1995-1996 e mais dados recentes, demonstra com clareza teórica quem realmente produz e emprega pessoas no país. Além do grande volume de produção que se concentra nas propriedades do país com menos de 100 hectares, o que mais chama atenção é que, em 1996, a pequena propriedade empregava 14,4 milhões de pessoas no campo, sendo desse total 12,9

---

<sup>6</sup> Para Oliveira o território é “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terras”. (1995, p. 26-27)

milhões de mão-de-obra familiar, contra 1,8 milhões do total de pessoas empregadas nas médias propriedades e apenas 421.388 pessoas nas grandes propriedades. (OLIVEIRA, 2007)

Oliveira (2001), em trabalho anterior, já havia destacado essa questão da contradição da expansão do capitalismo no campo, evidenciada no maior uso do solo pela agricultura camponesa assentada em pequenas propriedades em relação às grandes propriedades supostamente capitalistas, quando analisou com erudição e de forma dialética os dados das séries históricas do censo agropecuário do IBGE, chegando à seguinte conclusão ao analisar os dados de 1980:

... a desigualdade na distribuição da riqueza é evidente e muito mais que isso, a rentabilidade por unidade de área revela uma diferença violenta entre as pequenas e as grandes. É baixa a rentabilidade média por hectare nos grandes estabelecimentos deste país, 40 vezes menor do que a rentabilidade média dos estabelecimentos com área inferior a 10 ha. Isso abre perspectivas para entendermos o processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, e na essência, o real motivo de uma estrutura concentrada, a terra funcionando como reserva de valor, ou seja, a terra sendo apropriada para se obter a renda capitalista da terra, ou para subtrair a renda camponesa onde esta produção se desenvolve. (OLIVEIRA, 2001, p. 101-2)

A interpretação do referido autor é de suma importância para entender o processo contraditório da expansão do capitalismo no campo, pois evidencia a disformidade e a condição ambígua do comportamento do capitalista no campo. A terra não é concebida a partir apenas da rentabilidade da produção agrícola, ela é

também reserva de valor, isto é, fica ociosa para objeto de especulação de uma futura negociação.

Martins (1995) faz uma distinção entre terra de trabalho e terra de exploração. Terra de trabalho é quando a terra é utilizada socialmente como um instrumento de produção e terra de exploração é quando se utiliza a terra para especulação ou para explorar o trabalho alheio. Essa conceitualização é de extrema relevância, pois localiza a diferença de interesses entre camponeses e capitalistas. A passagem a seguir sintetiza as transformações sócio-econômicas ocorridas após o assentamento de famílias camponesas sem terras na região de Presidente Prudente-SP:

Na década de 90 a implantação dos assentamentos possibilitou o desenvolvimento da agricultura familiar no Pontal, sendo a única política que gerou as condições de ressocialização de milhares de famílias. Na região, nenhum outro setor da economia criou condições semelhantes na geração de trabalho e renda. (FERNANDES & RAMALHO, 2001, p.11)

O problema dos conceitos de agricultura intensiva e extensiva aplicados nos manuais didáticos de geografia é nítido. A passagem ora citada demonstra a incoerência conceitual ao exame da realidade, a qual o capital personificado no latifúndio é testemunha da improdutividade, da especulação, da terra como relação de poder e de expropriação de pessoas.

A agricultura camponesa além de ser produtiva e garantir as bases para a segurança alimentar de países ricos e pobres, cumpre papel primordial no cenário mundial (automação industrial) atual por absorver uma grande quantidade de mão-

de-obra, além, é claro, do seu conteúdo de resistência expresso na luta para permanecer na terra e para entrar na terra.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Os conceitos de agricultura intensiva e extensiva presente nos livros didáticos de geografia não contribuem para a compreensão das contradições e disformidades geradas pela expansão do capitalismo no campo. A questão torna-se mais crítica porque a noção de totalidade é abortada da discussão teórica. Logo os conceitos de agricultura intensiva e extensiva surgem como modelos teóricos simples.

O modelo lógico dedutivo condutor dessa análise descrita torna o conceito estático retirando da interpretação o movimento (a dialética). Neste momento, cabe à realidade sócio-espacial o papel de coadjuvante.

Em nossa reflexão procuramos ir além da mera crítica, atrevemo-nos a entrar no debate teórico da questão agrária, por isso o tratamento metodológico buscou as matrizes teóricas que dão subsídios a essas interpretações do espaço agrário presentes nos manuais de geografia do ensino básico. Por meio de análise teórica podemos identificar duas interpretações sobre a expansão do capitalismo no campo: a da uniformidade do capital e a do desenvolvimento desigual.

Na uniformidade da expansão do capitalismo sobre o campo, os conceitos de agricultura intensiva e extensiva apresentam expressão teórica, pois o avanço do

capitalismo por meio da integração da agricultura à indústria, do emprego de técnicas avançadas e perda de laços afetivos, conseqüentemente, conduz a uma evolução histórica irreversível. Nesta compreensão o atraso (agricultura extensiva) representa as formas arcaicas de produção materializadas na presença do pretérito (camponeses e latifundiários) em vias de decomposição. O moderno (agricultura intensiva) é representado pelo agronegócio, caracterizado pela forte integração de parcela dos produtores familiares e dos capitalistas.

O caminho teórico da dialética utilizado por Martins (1990, 1995) e Oliveira (1995, 2001, 2007) demonstrou que a questão agrária é complexa e o seu entendimento deve partir do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo. A realidade agrária brasileira examinada a partir da sua essência demonstra a forte produtividade da agricultura camponesa e, também, a sua grande capacidade de geração de empregos, o que por sua vez invalida a aplicação dos conceitos de agricultura intensiva e extensiva nos livros didáticos de geografia.

Os conceitos de terra de trabalho e terra de exploração (negócio) são fundamentais ao estudo do espaço agrário e deveriam ser contemplados nos manuais didáticos de geografia. Não se trata de uma mera questão moral de opção pela agricultura camponesa, mas de dar movimento à teoria, localizando as classes sociais no debate teórico da questão agrária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2e. Campinas: Hucitec e Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P.

(Coord.) **A Questão Agrária hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

ADAS, M. **Geografia: o Brasil e suas regiões econômicas**. 3e. São Paulo:

Moderna, 2001.

ANDRADE, M. C. de. O livro didático de geografia no contexto da prática de ensino.

In: **Caminhos e descaminhos da Geografia**. Campinas; Papyrus, 1989.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In:

SILVA, J. G. da. STOLCKE, V. (orgs.) **A Questão Agrária**. Tradução de Edgard

Malagodi, Sandra Brizolla e José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo:

Brasiliense, 1981.

FERNANDES, B. M; RAMALHO C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no

Pontal do Paranapanema (SP). In: Revista **Estudos Avançados**. vol.15 no.43 São

Paulo Sept./Dec. 2001.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. Plano de reforma agrária

como fruto de uma análise equivocada. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária**

**Hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**

**Agropecuário de 2006**. Agricultura familiar: primeiros resultados. Rio de Janeiro,

2009.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5e. Petrópolis: Vozes,

1995.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da terra**. 4e. HUCITEC: São Paulo, 1990.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Vol. 1. Tradução de João Antunes. Portucalense:

Porto, 1972.

KRAJEWSKI, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; RIBEIRO, W. C. **Geografia: pesquisa e ação**. Vol. único. 2e. São Paulo: Moderna, 2003.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. Revisão de Paulo Bezerra. 2e. Nova Cultural (Os economistas): São Paulo, 1985.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8e. Tradução de Juarez Guimarães e Suzane Felicie Léwy. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia e Território: Desenvolvimento e contradições na agricultura. IN: **Boletim de Geografia Teórica**, nº 25 (49-50), pp. 15 – 58, 1995.

\_\_\_\_\_. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4e. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. A Geografia e os Movimentos Sociais. In: **Revista Perspectiva Geográfica**. n.º 3, pp. 07-28. Unioeste – Colegiados de Geografia. Edunioeste: Cascavel, 2007.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

PROJETO ARARIBÁ. **Geografia 5ª série**. Editora responsável Virgínia Aoki. 1e. São Paulo: Moderna, 2006 a.

PROJETO ARARIBÁ. **Geografia 6ª série**. Editora responsável Virgínia Aoki. 1e. São Paulo: Moderna, 2006 b.

SENE, E. de; MOREIRA, J. C. **Trilhas da Geografia. 7ª série**. 2. reimpressão. São Paulo; Scipione, 2001.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, UNICAMP, 1996.

VEIGA, J. E. da. **O Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Fundamentos do Agromodernismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária Hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.